

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Warley Angelino Martins

**JUNHO DE DOIS MIL E TREZE ÀS ELEIÇÕES DE DOIS MIL E DEZOITO: O RETORNO DA
DIREITA NAS RUAS E O RECRUDESCIMENTO DO DISCURSO ANTICORRUPÇÃO**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Dr. Felipe Maia Guimarães da Silva.

Juiz de Fora
2018

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Warley Angelino Martins, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201373152A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **JUNHO DE DOIS MIL E TREZE ÀS ELEIÇÕES DE DOIS MIL E DEZOITO: O RETORNO DA DIREITA NAS RUAS E O RECRUDESCIMENTO DO DISCURSO ANTICORRUPÇÃO**, desenvolvido durante o período de 20/07/2018 a 28/11/2018 sob a orientação de Felipe Maia Guimarães da Silva, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Warley Angelino Martins

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

JUNHO DE DOIS MIL E TREZE ÀS ELEIÇÕES DE DOIS MIL E DEZOITO: O RETORNO DA DIREITA NAS RUAS E O RECRUDESCIMENTO DO DISCURSO ANTICORRUPÇÃO

RESUMO

O trabalho buscará fazer uma breve contextualização de Junho de Dois Mil e Treze, na sequência analisaremos as reivindicações contra a Copa do Mundo de Futebol da FIFA, as manifestações pró-impedimento da presidenta Dilma Rousseff e posteriormente a eleição de Jair Bolsonaro, sempre permeando o tema corrupção política e o seu crescimento nos discursos anticorrupção ao passo que as manifestações de direita nas ruas foram se robustecendo, depois trabalharemos o termo “corrupção” dentro da perspectiva das ciências sociais, por fim, concluiremos com algumas considerações e apontamentos de perspectivas para a sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Corrupção. Jornadas de Junho. Copa do Mundo de Futebol da FIFA. Impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Eleição de Dois Mil e Dezoito.

1. INTRODUÇÃO

No final de maio de dois mil e treze “alguns jovens”, convocados pelo Movimento Passe Livre, reuniram-se, na maior capital brasileira, São Paulo, no intuito de se manifestarem contra o aumento de vinte centavos no valor da passagem do transporte público – ônibus público, mais especificamente. Já no começo de junho do mesmo ano estes “alguns jovens” já somavam cerca de cinco mil manifestantes, no dia dezessete do mesmo mês eram mais de cem mil – agora já não protestando apenas contra o aumento da passagem, ou apenas convocados pelo Movimento Passe Livre, mas sim manifestando variadíssima gama de reivindicações, principalmente demandando questões relacionadas à saúde, educação, transporte de qualidade, moradia de qualidade e contra a corrupção política, quando convocados pelos mais variados movimentos, além do elemento novo, porém importantíssimo em se tratando de manifestações sócias de rua no país: as redes sociais – a partir de então, conforme as manifestações continuavam e a repressão policial aumentava em São Paulo, a onda de protesto tomou todo o Brasil atingindo mais de quatrocentas cidades brasileiras (IBOPE, 2013), onde centenas de milhares de cidadãos brasileiros foram às ruas, em uma série de eventos que ficou conhecida como Jornadas de Junho.

As Jornadas de Junho ficaram marcadas como o conjunto de manifestações mais importante da história recente do Brasil, isso porque o seu contingente, seu ímpeto e sua originalidade ameaçou, ainda que não de forma realmente revolucionária, a romper com as tradicionais formas político-institucionais brasileira. Mas, talvez, mais intrigante do que o fenômeno “Jornadas de Junho” em si seria os efeitos irradiados a partir dele, e é essa a análise que buscaremos fazer: Por que as Jornadas, evento iniciado por movimento progressista – Movimento Passe Livre –, que demandou diante das autoridades governistas pautas historicamente reconhecidas como gargalos da sociedade brasileira é sucedido por uma cada vez maior descrença na representatividade política e pelo avanço dos movimentos de Direita nas ruas?

Nossa hipótese é que a partir das Jornadas de dois mil e treze – evento que de forma alguma poderia ser maniqueistamente rotulado de “manifestações da direita” ou mesmo “manifestações da esquerda” –, há o engajamento de um novo perfil de protestante, ao passo que a direita redescobre as ruas como espaço público como campo político por excelência – entendido aqui mais no aspecto arendtiano de espaço de reunião, da ação e disputa política das forças sociais que é redescoberto por uma direita mais inclinada a vida privada –, na sociedade brasileira e a partir de então seu crescimento é significativo. Para tanto, apontamos como motivo que, em nossa perspectiva, corroboraram para tal crescimento: o recrudescimento do discurso anticorrupção, que aponta como causa última da crise socioeconômica vivida no Brasil desde meados de dois mil e onze a corrupção política.

No dicionário Aurélio (2018) a palavra “corrupção” vem descrita como sinônimo de depravação, suborno, alteração e sedução, ao passo que a palavra “política” se refere àquele que se entrega à política, estadista, relativo à política ou aos negócios públicos, delicado, urbano, cortês, finório, astuto, indisposto com alguém, mas qual seria a melhor definição do termo corrupção? Segundo o cientista político, do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais Fernando Filgueiras (2009) o brasileiro médio entende de maneira enviesada, ou, no mínimo incompleta, a corrupção ao passo que não tem bem definido o que é “interesse público”.

Para efeito de nossa pesquisa, definimos desde já que trabalharemos os termos “esquerda” e “direita” na perspectiva de Norberto Bobbio (1995), que entende que o critério mais frequente para diferenciar esquerda e direita seria a postura que os homens, dentro da sociedade, assumem diante da ideia de igualdade. Nesse sentido, aqueles de inclinações políticas mais à esquerda consideram mais importante o que iguala os seres

humanos, tal proposta considera que naturalmente os homens são iguais e que é a sociedade que os tornam desiguais, pois sendo a desigualdade socialmente construída, ela pode ser desconstruída – o autor chama a atenção ainda para o fato de que a total igualdade entre os homens é puramente utópica, e entende que mesmo as vertentes voltadas ao igualitarismo reconhece que há factualmente diferenças inexoráveis entre os homens –, em outras palavras, a esquerda busca diminuir as desigualdades entre os homens dentro da sociedade, considerando ser na igualdade a construção da melhor sociedade. Diferentemente pensam aqueles que têm posições mais à direita no espectro político, isso porque o ideário da direita entende que os homens são naturalmente desiguais, e assim sendo não há plausibilidade no esforço de igualá-los – Bobbio salienta que assim como pensar em uma total igualdade seria utópico, também uma total desigualdade seria utópico, e que o ideário de direita compreende que há também certas igualdades naturais entre os homens – dando assim mais ênfase às diferenças entendendo-as preponderantes para uma melhor sociedade.

O autor ainda salienta que o ideal de igualdade está no mais das vezes, dentro das teorias políticas, vinculado ao ideal de liberdade, e é também até certo ponto um distintivo entre esquerda e direita, sendo que a esquerda, de inclinações mais igualitárias estaria mais afeita a “abrir mão” de alguns aspectos da liberdade em nome de uma sociedade melhor nivelada, principalmente, economicamente – isso porque na perspectiva da esquerda a desigualdade econômica relega o ideal de liberdade a liberdade formal, pois a medida que os ricos têm poder econômico para desfrutar realmente das suas liberdades, o pobre só tem a potencialidade de desfrutá-las –, ao passo que a direita libertária estaria mais disposta a “abrir mão” de certa medida da igualdade social em nome da liberdade individual – pois na perspectiva da direita o nivelamento social-econômico necessariamente significa a compressão da liberdade privada de cada indivíduo no que tange suas próprias iniciativas, seria o caso de se poder ser livre para ser o mais diferente possível, dentro, é claro, de todo o aparato legal da sociedade. É importante observar que o autor aponta tanto a extrema esquerda como a extrema direita dentro do autoritarismo, sendo assim, a liberdade não figuraria dentro de um ideal a ser buscado, a exemplo da União Soviética de Stalin e a Itália fascista de Mussolini, respectivamente, sendo o ideal de liberdade caro tanto ao espectro de centro-esquerda quanto ao de centro-direita.

Nosso roteiro perpassará por Junho de Dois Mil e Treze, posteriormente analisaremos as reivindicações contra a Copa do Mundo de Futebol da FIFA, as manifestações pró-impedimento da presidenta Dilma Rousseff e posteriormente a eleição de Jair Bolsonaro, sempre permeando o tema corrupção política e o seu crescimento nos discursos anticorrupção ao passo que as manifestações de direita nas ruas foram se robustecendo, depois trabalharemos o termo “corrupção” dentro da perspectiva das ciências sociais, por fim, concluiremos com algumas considerações e apontamentos de perspectivas para a sociedade brasileira.

É certo que são muitas as interpretações dos fenômenos ocorridos desde junho de dois mil e treze até os acontecimentos políticos mais recentes, não é, de fato, nossa intenção esgotar o tema nessa curta análise, mas sim contribuir, ainda que de forma mínima com a discussão, dialogando com a literatura já existente.

2.1. As Jornadas de Junho

Nos parece que a tentativa de situar as Jornadas de Junho no espectro político-ideológico esquerda/direita incorre em um erro de interpretação do que realmente foi o fenômeno, isso porque foi grande a variedade das demandas de indivíduos que ocupavam um mesmo “corpo manifestante”, e, no mais das vezes, tais demandas eram contrárias umas às outras, como nos revela a professora Céli Regina Jardim Pinto:

“Se há uma característica capaz de definir as manifestações de rua de 2013 no Brasil é a diversidade de pessoas que delas participavam e que se revela em uma flagrante fragmentação discursiva. Estavam nas ruas: o Movimento Passe Livre em São Paulo, próximo ao PT; os Black Blocs, com performances violentas de ação direta, autodenominando-se anarquistas; bancários e professores das redes estaduais, reivindicando melhores salários; jovens de classe média posicionando-se contra a corrupção, os partidos políticos e o governo Dilma; médicos revoltados com os programas de saúde do governo para o atendimento à população carente; grupos minoritários clamando pela volta dos militares; jornalistas da Rede Globo de televisão defendendo o direito do “cidadão de bem” de se manifestar.” (JARDIM, 2017, P 11-12)

Mesmo após cinco anos, é difícil mensurar com exatidão o que foi aquela verdadeira avalanche de manifestações populares que tomaram as ruas do Brasil em junho de dois mil e treze. Chave interessante nos revela o cientista político André Singer (2013), que nos propõe uma “divisão” das Jornadas de Junho em três diferentes etapas:

Em um primeiro momento – de seis a treze de junho – as Jornadas têm como protagonistas os jovens pertencentes ao Movimento Passe Livre – “movimento social apartidário e horizontal, criado há quase dez anos, que tem por objetivo discutir e lutar por um novo paradigma no que tange transporte público” (MPL, 2018) –, que se organizou contra o aumento de vinte centavos na tarifa da passagem de ônibus em São Paulo, anunciada pela prefeitura da cidade, então sob o comando do prefeito Fernando Haddad. O autor salienta que a manifestação é convocada via redes sociais – fenômeno relativamente novo no que toca manifestações de rua no Brasil –, e o número de participantes, das três primeiras manifestações, variou de dois a cinco mil, sendo o dia onze – terceira manifestação – marcado por confrontos entre manifestantes e policiais, o que culminou, no dia treze do mesmo mês, em uma desconunal repressão policial, não só aos manifestantes, mas a todos aqueles que se encontravam nas ruas – transeuntes, repórteres etc – o que chamou a atenção do grande público, fez transladar a opinião da grande mídia, agora já em favor dos manifestantes – aqui é claro que se deve fazer a ressalva que a mídia corporativa trabalhou o tempo todo dentro de uma dicotomia “cidadãos de bem x vândalos”, e que se exaltou o “cidadão de bem que dentro do seu direito manifestava-se passivamente por uma sociedade melhor” enquanto se demonizou e se esvaziou, por exemplo as performances dos Black Blocs –, e fomentou, de maneira geral a empatia da sociedade para com os manifestantes, o que deu início ao “segundo momento” das manifestações, que foi a adesão de dezena de milhares de cidadãos aos protestos do dia dezessete de junho.

A segunda etapa do movimento – de dezessete a vinte de junho –, como já dito, é marcada por uma grande adesão de manifestantes, e ao passo que as pessoas nas ruas se multiplicavam, se multiplicavam também as pautas reivindicadas, é importante salientar que nesse momento as manifestações já havia se espalhado para centenas de cidades brasileiras. É então que a Prefeitura e o Governo de estado de São Paulo, no dia dezenove de junho, cedem à pressão popular e decidem revogar o aumento da tarifa da passagem. No dia vinte, centenas de milhares de brasileiros saem às ruas demarcando aqui o auge no que tange o número de participantes mobilizados.

Na terceira etapa – do dia vinte e um ao fim do mês – ainda segundo o autor, o movimento é fragmentado em mobilizações que têm objetos mais específicos.

Para Celso Frederico (2013) as manifestações começam com o protesto do Movimento Passe Livre contra aumento da passagem em São Paulo, movimento este que apregoa o transporte público como um direito social e não uma mercadoria do capital. Manifestações essas que logo que “estetizada” pela grande mídia ganha milhares de adeptos rapidamente, e a partir de então a manifestação de algo pontual se torna uma torrencial chuva de reivindicações e demandas individualizadas. A multidão nesse momento passa ser uma massa uniforme, porém atomizada, onde as diferenças se tornam o ponto chave. Seguindo tal perspectiva o autor indica que as manifestações, com uma ampla classe média escolarizada e não politizada, não teve crivo na emancipação e sim em lugares comuns do pensamento conservador como a “moralidade”, “ordem” dentre outros.

É possível encontrar pontos de concordância na análise dos três autores, principalmente no que diz respeito à enorme multiplicação das demandas após a adesão de milhares de pessoas à reivindicação do MBL. Tanto Singer quanto Frederico também estão de acordo no que toca a falta do elemento revolucionário – questionamentos da base do sistema propriamente dito – pelo menos da grande maioria dos manifestantes, já mais para meados de junho, salientamos aqui novamente que apesar da falta de elemento revolucionário no grosso das manifestações, não significar dizer que as Jornadas tenham sido apoderada pela Direita nas ruas.

Se não podemos apontar junho de dois mil e treze sendo apropriado pela Direita nas ruas, podemos apontar que logo após as Jornadas a então presidenta Dilma Rousseff perdeu vinte três pontos de avaliação positiva do seu governo (Carta Capital, 2013), é claro que não se trara das Jornadas decretando a falência social do Partido dos Trabalhadores, a final a crise vivida pelo PT até os dias atuais têm razões mais profundas, relacionada à forma na qual o partido chegou ao poder – o tipo de coalizão que foi feita com partidos puramente fisiológicos – e como, então, dirigiu o país após sua chagada ao poder, que não nos cabe aqui analisar, até porque a crise de representatividade que atingiu em cheio o PT atingiu também outros partidos de espectros político-ideológico diferentes do partido supracitado, como por exemplo, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mas é interessante notar que existe um desgaste direto dos dois partidos envolvendo

episódios de corrupção, o primeiro com o “Mensalão” – compra de poder político no Congresso Nacional do Brasil – e o segundo com o “Trensalão” – corrupção no processo de licitação do transporte público em São Paulo –, nesse sentido Bonifácio e Fuks (2016) salienta o trabalho de autores Zéphyr e Seligson, que apontam para o fato de que quanto maior o contato com a corrupção, menor é a adesão ao regime democrático representativo:

“Zéphyr (2008) e Seligson (2001; 2002) mostram a associação entre a exposição a corrupção e baixos patamares de adesão ao regime democrático. Utilizando dados do Barômetro das Américas de 2006, Zéphyr identifica que quanto maiores são os níveis de experiência com corrupção dos indivíduos, mais baixas são suas taxas de adesão à democracia. No primeiro trabalho de Seligson (2001), o autor utiliza dados de pesquisas de opinião de 1996 e 1998 aplicadas a nicaraguenses, a primeira antes e a segunda depois da realização de uma campanha nacional de conscientização contra a corrupção. Já no segundo trabalho (Seligson 2002), os dados são de pesquisas de opinião realizadas na Bolívia e Paraguai, em 1998, e El Salvador e Nicarágua, em 1999. Em ambos os estudos o autor encontra uma relação negativa entre experiência com corrupção e legitimidade democrática.” (BONIFÁCIO E FUKS, 2016, p. 29).

Dito isso, o que nos é permitido afirmar é que em junho de dois mil e treze começa-se a germinar a ideia da corrupção política como o grande inimiga nacional, e são também as Jornadas o marco inaugural da volta das manifestações da Direita nas Ruas, como procuraremos demonstrar a seguir.

2.2. Dois Mil e Quatorze: Copa do Mundo da Fifa e Eleições Presidenciais

Dois mil e quatorze começa com resquícios de toda a ebulição vivida em dois mil e treze. Já em vinte cinco de janeiro é convocada a primeira manifestação contra a Copa do Mundo da Fifa. A exemplo das Jornadas de Junho, as manifestações que ocorreram contra a Copa do Mundo da Fifa são iniciadas por coletivos mais à esquerda no espectro político-ideológico – Movimento Passe Livre, Coletivo Autônomo dos Trabalhadores Sociais, Periferia Ativa “Comunidade em Luta”, Comitê Contra o Genocídio da População Preta, Pobre e Periférica, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento de Luta Popular, dentre tantos outros.

Podemos observar no trecho retirado do Manifesto “Se Não Tiver Direitos, Não Vai Ter Copa”, a luta que começava a se organizar em forma de protestos era especificamente delimitada:

Isso significa que as palavras de ordem no combate a esses governos que só servem às empresas e ao lucro devem ser: “Se não tiver direitos, não vai ter copa!”. [...] Nosso manifesto é em defesa das pessoas, contra os interesses do lucro e daqueles que querem transformar sistematicamente tudo em mercadoria, daqueles que negociam nossos direitos cotidianamente nos balcões ditos “políticos” e “democráticos.” (MANIFESTO “SE NÃO TIVER DIREITOS, NÃO VAI TER COPA, 2013)

É imperativo notar que os direitos aos quais o Manifesto demanda fazem parte do orbital demandado, historicamente, pela esquerda progressista – saúde, educação, moradia, trabalho e meio ambiente –, além de criticar enfaticamente a “mercantilização” da vida. Quanto a esses temas, interessante estudo foi levantado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, que produziu o Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil, o estudo estima que duzentas e cinquenta mil pessoas foram retiradas ou sofreram ameaças de serem retiradas de suas moradias por causa da Copa do Mundo e das Olimpíadas de 2016, que só com a Copa do Mundo foram gastos trinta e quatro bilhões de reais, além de denunciar a repressão da polícia militar aos protestos relacionados aos megaeventos, a danosa flexibilização das leis trabalhistas, assim como a não menos danosa flexibilização das leis ambientais. Os valores gastos e todas as artimanhas efetuadas para que os megaeventos de fato se realizassem rendeu à construção de toda a infraestrutura de Copa do Mundo Fifa, principalmente, uma denotação “festa da corrupção”.

Porém, à época colocar em risco a realização da Copa do Mundo era colocar em risco um projeto endossado pelo Partido dos Trabalhadores – partido de raízes centro-esquerda – o que gerou a especulação até

mesmo dentro de algumas vertentes da esquerda de que se colocar em xeque a realização do megaevento não seria politicamente mais interessante para os partidos de direita. E além disso, havia, em um segundo momento dos protestos em relação à Copa do Mundo um outro espectro ideológico se posicionando contra o Megaevento, como elucida a professora Céli Regina Jardim Pinto:

De um lado, estavam os manifestantes anti-PT, que associavam o partido ao comunismo, a Cuba; o Facebook dos “não vai ter Copa” denunciava o programa social do governo, o Bolsa Família, como o maior arrecadador de votos do partido e dava espaço para o conservador deputado e pastor pentecostal Marco Feliciano. Os manifestantes ligados a esse movimento demandavam serviços públicos “padrão FIFA”, atribuindo razão à federação internacional de futebol em suas reclamações sobre a qualidade das obras no país. [...] (JARDIM, 2017, P 21)

Aqui vale a pena ressaltar que os dois espectros – tanto a direita quanto a esquerda – encontram na insatisfação para com governo, principalmente federal, um ponto em comum, claro que por motivos diferentes, os protestos agora são contra o Partido dos Trabalhadores, que em março de dois mil e quatorze é encontrado no meio de mais um escândalo de corrupção envolvendo a Petrobrás e várias empreiteiras, o prejuízo da Estatal, estimado pela Polícia Federal gira entornado de quarenta e dois bilhões de reais (VEJA, 2015).

A despeito de Junho de Dois Mil e Treze, todos os problemas e reivindicações que a Copa do Mundo da Fifa trouxe e em meio a Operação Lava Jato – “operação conduzida pela Polícia Federal para investigar lavagem de dinheiro nos casos de corrupção na Petrobrás que de envolve as maiores empreiteiras do país além de partidos políticos, dentre eles o Partido dos Trabalhadores” (Ministério Público Federal, acesso em outubro de 2018) – a presidenta petista Dilma Rousseff consegue se reeleger, ainda que por apertadíssimo percentual sobre o seu adversário do segundo turno, o peessedebista Aécio Neves – pouco mais de três por cento –, porém, apesar de não perder as eleições, o Partido do Trabalhadores perde sua autoridade discursiva, como salienta a professora Céli Regina Jardim Pinto:

Esse é o cenário de um vácuo discursivo, pois o que se fragmentava era a hegemonia do PT construída por longos anos através do discurso que incluía militantes e eleitores fiéis. Não perdeu seus eleitores como consequência imediata, tanto que Dilma Rousseff foi eleita e reeleita em meio aos grandes escândalos de corrupção, mas perdeu a sua capacidade de dar sentido à vida política, às causas políticas. (JARDIM, 2017, P 25)

É exatamente neste contexto de esvaziamento da autoridade discursiva do Partido dos Trabalhadores, e conseqüentemente de sua militância, militância essa historicamente situada no espectro de centro-esquerda, que começa a ganhar força o discurso anticorrupção engendrado no fim de junho de dois mil e treze e que agora, suficientemente robusto, vai ser usado pela direita contra o Partido dos Trabalhadores em dois mil e quinze em todas as manifestações pró-impedimento da presidenta Dilma Rousseff.

2.3. Dois Mil e Quinze: As Manifestação da Direita e o Impedimento da Presidenta

Podemos dizer que o Brasil começa dois mil e quinze polarizado, de um lado está aqueles que elegeram a presidenta Dilma Rousseff, do outro aqueles que estão inconformados com sua eleição.

No dia seis de março o Supremo Tribunal Federal ordena a abertura de investigação criminal contra dezena de pessoas envolvidas no esquema de corrupção da estatal Petrobrás, dentre elas mas da metade eram parlamentares, o que traz novamente os holofotes à corrupção política. No dia oito do mesmo mês a presidenta Dilma fala em cadeia nacional em homenagem ao dia internacional da mulher e em defesa do ajuste fiscal, concomitantemente ao seu discurso ocorria um “panelaço”, principalmente nos bairros de classe média alta de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte, contra seu pronunciamento. Não demora muito para que, em março, as manifestações de rua tomem novamente o país.

Dia treze de março o “Ato Nacional em defesa da Petrobras, dos Direitos e da Reforma Política” é convocado por coletivos de Esquerda – Central Única dos Trabalhadores, União Nacional dos Estudantes e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto –, é interessante notar que a manifestação, convocada para vinte e três estados defende pauta progressista, e apesar de defender a democracia, sendo contrária ao impedimento da

Presidenta Dilma, tece também críticas ao governo federal, como o ajuste fiscal anunciado por Dilma meses antes à manifestação, que, segundo os coletivos, tem como objetivo cortar verbas que seriam destinadas a direitos sociais.

Já no dia quinze do mesmo mês, o protesto é pró-impedimento. Convocados principalmente pelos grupos Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua e Revoltados Online, o protesto, segundo o jornal Folha de São Paulo (2015), reuniu quase um milhão de pessoas por todo o país. Uma pesquisa do Datafolha (2015) aponta para características do perfil socioeconômico do manifestante do dia quinze de março da avenida Paulista: sessenta e três por cento dos participantes eram do sexo masculino, setenta e seis por cento era de escolaridade superior, sessenta e três por cento tem renda que varia de cinco a cinquenta salários-mínimos, sessenta e nove por cento dos participantes se declararam da cor branca.

O que pôde se ver foi o significado corrupção e Partido dos Trabalhadores agora já como sinônimos e como o centro das reivindicações, não foram poucas as referências simpáticas à Operação Lava Jato, ao Ministério Público, à Polícia Federal e até mesmo às Forças Armadas do Brasil. Muitos cartazes levados às ruas na manifestação faziam alusão ao Partido dos Trabalhadores e Corrupção, “Luladrão chefe da corrupção” – fazendo referência ao ex-presidente e um dos líderes do partido, Luiz Inácio Lula da Silva – “Brasil contra a corrupção”, “Chega de corrupção, PT sua farça acabou o país acordou” são só alguns exemplos de cartazes que foram expostos na Avenida Paulista (FOLHAPRESS, 2015). Para professora Céli Regina Jardim Pinto esse momento representou ...

[...] “um novo momento discursivo que canalizou as insatisfações fragmentadas que apareciam desde 2013; era ideologicamente muito bem cortado, recolheu um significante flutuante poderoso – a corrupção –, que carregava em si todos os outros problemas: educação, segurança, saúde. A corrupção tornou-se equivalente a PT e governo Dilma, e a presidenta passa a ser, a partir então, o novo significante vazio da política brasileira.” (JARDIM, 2017, P 25)

É lançada assim – dentro da insatisfação da esquerda quanto ao projeto de governo do Partido dos Trabalhadores e dentro da insistência cada vez maior da direita taxar governo petista como corrupto – a base do impedimento de Dilma Rousseff na presidência da república, que resta aprovado por mais de setenta e cinco por cento no Plenário do Senado no dia trinta e um de agosto de dois mil e dezesseis (SENADONÓTIAS, 2016).

2.4. Candidatura e Eleição de Bolsonaro

Jair Bolsonaro ganha as eleições de dois mil e dezoito sobre seu adversário, o petista Fernando Haddad, com pouco mais de cinquenta e cinco por cento dos votos válidos (TSE, 2018) com um plano de governo intitulado “Caminho da Prosperidade” onde a proposta central gira em torno de fazer da economia brasileira uma economia de livre mercado – não entraremos aqui no mérito de questionarmos se o Brasil já é ou sempre foi uma economia de livre mercado, pois não é do escopo dessa breve análise – e para tanto, segundo o plano, é imperativo que se diminua o Estado, acabando com ministérios e privatizando estatais.

Para o psicanalista Christian Dunker o que caracteriza o discurso de Bolsonaro é uma inexorável posição contra a esquerda-corrupta representada pelo Partido dos Trabalhadores como uma estratégia de majorar coesão grupal, uma sociedade que em um momento de anomia social carece de um “salvador”. Dunker (2018) levanta a hipótese do “pequeno grande homem” – teoria freudiana trabalhada por Adorno que identifica o líder como “formação imaginária de uma figura paterna onipotente e violenta, altamente capaz de transcender o pai real e, com isso, crescer até se tornar um ego coletivo” (Adorno, 1951) – para identificar Bolsonaro como homem comum, de fala simples, muita das vezes desatinado, mas que imbuído de pode retomar a ordem de coisas – que nesse caso seria a extirpação do PT-esquerdismo-corrupção da sociedade brasileira.

A diferença entre os votos de Bolsonaro e Haddad ficou no montante de quase onze milhões de votos, e o fato é que o adversário petista, pelo menos no segundo turno das eleições de dois mil e dezoito, nunca ameaçou a eleição do candidato liberal. Em uma rápida análise de seu plano de governo é possível observar que Bolsonaro – não sem razão para fazê-lo – busca encapar-se de uma áurea de político honesto que lutará inexoravelmente contra a corrupção, a final o tema se mostrou muito caro à parcela significativa da população brasileira – em dois mil e dezessete a palavra corrupção foi eleita a palavra do ano pelos brasileiros pela

pesquisa #PalavraDoAno2017 (ESTADÃO, 2017) – isso pode ser notado já na capa do plano de governo do candidato que retira da Bíblia – código moral maior para parcela significativa da população brasileira, já que mais de oitenta e seis por cento da população brasileira é cristã (IBGE, 2010) – o versículo “Conhecereis a verdade, e a verdade e a verdade vos libertará” (BÍBLIA, JOÃO 8; 32), ou mesmo já no primeiro parágrafo do plano, onde, nas palavras do próprio:

Propomos um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma-lá-dá-cá, sem acordos espúrios. Um governo formado por pessoas que tenham compromisso com o Brasil e com os brasileiros. Que atenda aos anseios dos cidadãos e trabalhe pelo que realmente faz a diferença na vida de todos. (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, P. 2)

Bolsonaro faz referência à corrupção em, pelo menos, dezessete ocasiões no seu plano de governo sempre em alusões diretas entre problemas estruturais e o que segundo o presidente eleito foi responsabilidade dos “trinta anos de governos esquerdistas-corruptos no Brasil”. Não é possível mensurarmos nesse momento relevância atribuída pelo eleitorado de Bolsonaro à questão da corrupção, mas nos parece óbvio que o tema fez parte do núcleo duro do plano de campanha do presidente eleito, o que já é suficientemente importante para que nos atentemos para o que as ciências sociais têm a nos dizer sobre o tema.

2.5 O conceito de corrupção à luz das ciências sociais

Como analisado, o tema corrupção permeou as manifestações de junho de dois mil e treze e a partir daquele momento ganhou força suficiente para figurar no núcleo duro do plano de governo do presidente eleito em dois mil e dezoito, Jair Bolsonaro. Por isso nos é pertinente a pergunta: o que as ciências sociais nos têm a dizer quanto a conceituação do termo “corrupção”?

Análise interessante faz o cientista político Luiz Fernando Miranda, pós-doutor na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Miranda (2017) observa que são duas preocupações que orbitam no pensamento dos estudiosos do tema na definição do termo corrupção, a primeira diz respeito ao tipo de conduta que o partícipe do funcionalismo público tem, e a segunda é sobre a troca que tal partícipe faz com o interessado em receber algum tipo de serviço.

O autor pensa a corrupção como um fenômeno político e econômico, nessa óptica “corrupção seria um conjunto determinado de práticas que implica em uma relação de troca entre quem detém o poder decisório e quem detém o poder econômico que tem como objetivo a obtenção de vantagens ilegais para indivíduos ou grupos envolvidos”.

Para que haja a prática de corrupção é necessário que exista uma relação de pelo menos duas pessoas, o corruptor e o corruptível, o corruptor, segundo Miranda, oferecerá algum serviço, presente ou propina ao corruptível no interesse de que lhe seja atendido algum interesse – que pode ser tanto a prestação quanto a ausência de algum serviço, por exemplo, o autor entende que a corrupção pode envolver também a esfera privada, e cita como exemplo a espionagem industrial. Nas palavras do autor:

“Corrupção é o pagamento ilegal (financeiro ou não) para a obtenção, aceleração ou para que haja ausência de um serviço feito por um funcionário público ou privado. A motivação da corrupção pode ser pessoal ou política tanto para quem corrompe quanto para quem é corrompido.” (MIRANDA, 2017, p. 256)

Miranda salienta ainda que a corrupção é “sempre um jogo de soma positiva para as partes envolvidas e sempre um jogo de soma zero em se tratando das partes envolvidas e a sociedade”, pois é absolutamente pernicioso a prática da corrupção, onde as partes envolvidas buscam o lucro e prejudicam a sociedade como um todo.

No contexto histórico uma vertente do pensamento político e social brasileiro que explica o fenômeno da corrupção em nossa sociedade pelo crivo do patrimonialismo, onde se supõe que o Estado brasileiro não é um estado moderno – moderno no sentido weberiano de um Estado regulado por normas impessoais e racionais

– pois não há aqui um respeito à separação entre público e privado, sendo que alguns dos braços dessa vertente vai encontra a razão do patrimonialismo brasileiro na colonização ibérica a qual tivemos e outros no que se pode entender como a cultura da personalidade onde todas as relações, até mesmo a entre Estado e cidadão, são pessoais.

Apontamos para essa vertente em especial por dois motivos: O primeiro é que tal vertente foi repaginada para justificar, nos dias atuais, a implantação do “Estado mínimo”, visto que se o servidor público brasileiro não distingue o que é público e o que é privado, é mais interessante que haja o menos de servidores possível, tanto no ponto de vista de uma melhor vigilância quanto no ponto de vista que seria menor a quantidade de agentes delapidando o erário brasileiro. O segundo motivo é que o patrimonialismo é muito utilizado pelo senso comum como uma justificativa resignada da corrupção, a exemplos das frases “no Brasil desde a fundação todo mundo rouba”, ou “é o jeitinho brasileiro”.

Filgueira (2009) critica tal vertente ao passo que na visão do autor o que ocorre de fato na sociedade brasileira seria uma “antinomia entre as normas morais e a prática social”, onde

“A tolerância à corrupção não é uma imoralidade do brasileiro, mas uma situação prática pertencente ao cotidiano das sociedades capitalistas. A confrontação entre excelência e cotidiano cria uma antinomia entre valores e prática, tornando a corrupção um tipo de estratégia de sobrevivência, mesmo em um contexto onde a moralidade existe.”(Filgueiras, 2009, p. 417)

O cientista político entende que a corrupção deve ser analisada por dois prismas, um de natureza moral – a moral aqui deve ser entendida no sentido mais habermasiano de “código normativo consensual gerado do debate público – e outro de natureza prática – que estaria muito mais relacionadas as ações dos indivíduos mediante as contingências do mundo real – seria dessa tenção entre moral e prática que o ato corrupto – que todavia, não deve ser socialmente tolerado – nasceria da própria necessidade, nas palavras do autor:

“O fato é que a distinção entre a vida por excelência e a vida cotidiana, e, por sua vez, a distinção entre os juízos de valor e os juízos de necessidade permitem especificar uma antinomia da moralidade política, que tenciona o conceito de corrupção no plano da prática social. A corrupção tem uma natureza moral e prática, que nem sempre são conexas, o que não quer dizer que ela deva ser tolerada em função de sua natureza complexa.” (Filgueiras, 2009, p. 391)

Filgueiras, entende que a diminuição da corrupção necessariamente passa por uma democracia mais efetiva a qual o sistema invés de desamparar o cidadão mais vulnerável, o insira nos trâmites cíveis, tornando-o um cidadão de fato, consciente de deveres e direitos assim fomentando a cultura política, como salienta:

“A confrontação entre excelência e cotidiano cria uma antinomia entre valores e prática, tornando a corrupção um tipo de estratégia de sobrevivência, mesmo em um contexto onde a moralidade existe. Isso implica que a corrupção represente um desafio à democratização brasileira, não no plano formal, mas no plano da cultura política. Não se pode dizer, portanto, que o brasileiro típico represente um caso de ausência de virtudes. As democracias não podem confiar apenas nas virtudes dos cidadãos, uma vez que é fundamental pensar a efetividade das leis. As virtudes são necessárias, mas não representam uma condição suficiente para manter o funcionamento da democracia.” (Filgueiras, 2009, p. 391)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cinco anos após as Jornadas de Junho não podemos cravar que seus efeitos se extinguiram, aquela multidão, que baseada em sua própria experiência de um Estado muita das vezes omisso quanto aos seus deveres, esteve nas ruas demandaram direitos legítimos, direitos esses que até os dias de hoje estão sendo negados, por isso o “Se Não Tiver Direitos, Não Vai Ter Copa”, por isso tanta ênfase no tema “corrupção”, por isso também tantos “medalhões” fora do jogo político para dois mil e dezenove. Todos esses movimento poderiam ser questionados se rumam para uma sociedade melhor, mas, ainda que não sejam, não seria esperado alguns percalços no caminho?

A pesquisa de Bonifácio e Fuks sobre a corrupção nos revela dois dados absolutamente importantes para pensarmos a perspectiva brasileira diante do problema da corrupção: O primeiro indica que pessoas que têm maior contato com atos corruptos tendem a serem mais tolerantes com a corrupção, não é necessário dizer o quanto isso é nefasto para a sociedade. O segundo diz que pessoas que têm maior contato com atos corruptos tendem a terem maior participação política, e isso é bastante desejável.

Essa maior participação política, se acompanhada de um eficaz ordenamento jurídico que promova maior transparência dos atos dos agentes públicos e a justa punição a atos ilegais pode culminar em uma sociedade possuidora do espiro cívico necessário para superarmos muitos dos gargalos sociais brasileiros.

Sabemos que o caminho não é tão simples, há muito o que ser feito, mas para uma democracia relativamente jovem, o primeiro e mais importante passo é formar cidadãos, que não necessitem burlar a moral em prol de um senso prático de sobrevivência.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

A Partir De Agora - As jornadas de junho no Brasil. Direção, roteiro e concepção: Carlos Pronzato. Direção de produção: Cristiane Paolinelli. Edição: Ricardo Gomes (Coletivo Das Lutas RJ). Brasil, 2014. Merlin] Altafonte Music Distribution (em nome de Sagitta Records) e 1 associações de direitos musicais. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=3dIPZ3rarO0>> Acessos em: 12 jul. 2018

AGÊNCIA Brasil. **Movimentos sociais iniciam hoje série de protestos até a Copa do Mundo.** 8 mai. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/movimentos-sociais-iniciam-hoje-serie-de-protestos-ate-a-copa-do-mundo-1628.html>>. Acessos em: 12 jul. 2018.

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana.** Tradução de Roberto Raposo 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie. **A Tensão entre Soberania e Instituições de Controle na Democracia Brasileira.** Dados, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 359-393, abr. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582017000200359&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/001152582017123>.

BARNECHE, Javier. **Sociabilidade e reivindicações na ocupação Copa do Povo, Ponto Urbe** [Online], 2014, Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/2401#quotation>>. Acessos em: 12 ago. 2018

BIZZARRO, Fernando; COPPEDGE, Michael. **Variedades da Democracia no Brasil.** Opin. Publica, Campinas, v. 23, n. 1, p. 1-42, abr. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762017000100001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-019120172311>.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: Razões e Significados de Uma Distinção Política.** 2ª Ed. São Paulo: Unesp, 1995.

BONIFACIO, Robert; FUKS, Mario. **Desvendando a relação entre corrupção e participação política na América Latina: diagnóstico e impactos da exposição a atos corruptos sobre a participação política.** Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 25, n. 63, p. 27-52, set. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782017000300027&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987317256302>

BORGES, Laryssa. **Corrupção custou R\$ 42,8 bilhões à Petrobras, avalia PF.** VEJA, 12 nov 2015. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/politica/corruptcao-custou-r-428-bilhoes-a-petrobras-avalia-pf/>>. Acessos em: 15 ago. 2018

BORGES, Rosa Maria Zaia. **Democracia, Liberdade de expressão e Black Blocs**. Direito e Práxis Rio de Janeiro, Vol. 08, N.1, 2017, p.354-385.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Marcos Rogério Martins. **O corpo do manifestante das Jornadas de Junho de 2013: a charge e o editorial da Folha de São Paulo**. Galáxia (São Paulo), São Paulo, n. 33, p. 158-170, dez. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532016000300158&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542016225491>.

DICIONÁRIO DO Aurélio. Disponível em <<https://dicionariodoaurelio.com>> Acessos em: 15 ago. 2018
Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil, ANCOP, 2014. Disponível em <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/11/ancop_dossie2014_web.pdf>. acessos em: 20 ago. 2018.

DUNKER, Christian. **A psicanálise e o discurso de Jair Bolsonaro**. 5 ago. 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=7T3sHqUjHtU>>. Acessos em: 25 ago. 2018

FILGUEIRAS, Fernando. **A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social**. Opin. Publica, Campinas, v. 15, n. 2, p. 386-421, nov. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762009000200005>.

FILHO, Antônio Euzébio. GUZZO, Raquel Souza Lobo. **A Conjuntura Após Junho de 2013: Olhares Cruzados Sobre Participação Política e Resistência**. Psicol. USP, vol.29, no.2, São Paulo, maio/ago.2018.

FOLHA de São Paulo. **Protestos contra o governo reúnem quase 1 milhão pelo país**. São Paulo, 15 mar. 2015. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contra-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>>. Acessos em: 16 ago. 2018.

FREDERICO, Celso. **Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos**. Estud. av., São Paulo, v. 27, n. 79, p. 239-255, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300017&lng=pt&nrm=iso>. acessos em: 25 jul. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000300017>.

MEIRELLES, João Carlos de Souza Filho. **É possível superar a herança da ditadura brasileira (1964-1985) e controlar o desmatamento na Amazônia? Não, enquanto a pecuária bovina prosseguir como principal vetor de desmatamento**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 9, n. 1, p. 219-241, jan.-abr. 2014

MINISTÉRIO Público Federal. **Entenda o Caso**. Disponível em <<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>>. Acessos em: 15 ago. 2018.

MIRANDA, Luiz Fernando. **Unificando os conceitos de corrupção: uma abordagem através da nova metodologia dos conceitos**. Rev. Bras. Cienc. Polít., Brasília, n. 25, p. 237-272, jan. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522018000100237&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220182507>.

MONTERO, Paula. **Multiculturalismo, Identidades Discursivas E Espaço Público**. Sociol. Antropol., Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 81-101, dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752012000400081&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 nov. 2018

MOVIMENTO Passe Livre. Disponível em <<https://www.mpl.org.br/>> Acessos em: 10 jul. 2018.

O que Resta de Junho. Direção de Vladimir Santafé. Roteiro ou entrevistas: Carlos Leal. Pesquisa: Diego Felipe, Rodrigo Bertame, Vladimir Santafé e Carlos Leal. 2016 (84 min.). ONErpm (em nome de Trama) e 1 associações de direitos musicais. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=gQvK9RzOPP8&t=20s>>. Acessos em: 10 jul. 2018

PINTO, Céli Regina Jardim. **A Trajetória Discursiva Das Manifestações De Rua No Brasil (2013-2015).** Lua Nova, São Paulo, n. 100, p. 119-153, jan. 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452017000100119&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 jul.. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-119153/100>

PROPOSTA de Plano de Governo. **O caminho da Prosperidade.** 2018.

SENADO Notícias. **Senado Aprova Impedimento de Dilma Rousseff.** 31 ago. 2016. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2016/08/senado-aprova-impedimento-de-dilma-rousseff>> Acessos em: 5 set. 2018

SOLER, Antonio. **A crise do lulismo – Ascensão e queda de um pacto social.** Socialismo O Barbárie, 2014. Disponível em <<http://www.socialismo-o-barbarie.org/?p=4734>>. acessos em: 5 ago. 2018.

TSE. **Divulgação de Resultados de Eleições.** Disponível em: <<http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>>.

Acessos em: 20 ago. 2018

WELLE, Deutsche. O que significa direita e esquerda no campo da economia? 14 set. 2018. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/economia/o-que-significa-direita-e-esquerda-no-campo-da-economia>> Acessos em: 27 ago. 2018